

POR UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA DO SUL: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS E O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Claudia Pons Cardoso¹

Resumo: No Brasil, para as mulheres negras, o racismo é percebido como estrutura de dominação e exclusão que marca profundamente suas vidas. Para as feministas negras, a incorporação da perspectiva racial é fundamental, na medida em que raça reconfigura a forma como as mulheres negras experienciam gênero na sociedade. Nesse movimento, as experiências produzidas pela intersecção das opressões racial e de gênero constituem a base para a produção de conhecimento das feministas negras, pois o conhecimento é situado e socialmente construído a partir de determinada posição social, em outras palavras, é decorrente do lugar que ocupamos no gênero, na raça, na classe, na sexualidade. À luz das reflexões aportadas por feministas descoloniais, como Lugones (2008), Curiel (2007) e Collins (2000), este artigo tem por objetivo refletir acerca dos resultados parciais de pesquisa investigativa, realizada, através de entrevistas, com mulheres negras de cinco regiões brasileiras sobre percepções e interpretações dos efeitos do racismo em suas vidas e sobre novas formas de ativismo. Explora, ainda, como estas mulheres, enquanto integrantes de grupos oprimidos, como salienta Collins (1990), detêm a vantagem epistêmica de conhecer e compreender as ações e comportamentos de ambos os grupos, dominantes e oprimidos, o que pode colocá-las em uma posição política privilegiada para avaliar a sociedade e propor novos projetos políticos, a partir de um ponto de vista e de uma posição formada por esta dupla visão.

Palavras-chave: Epistemologia feminista negra. Feminismo negro brasileiro. Mulheres negras no Brasil.

Introdução

O colonialismo essencializou, classificou e inventou corpos colonizados, transformando-os em alvo de estereótipos e representações racializadas. O discurso colonial, especialmente o racismo científico do século XIX, construiu corpos destituídos do *status* do ‘ser’, excluídos da condição de sujeitos sociais, suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento e participar ativamente do fazer histórico foram negadas. Esse discurso afetou profundamente as mulheres colonizadas, em função da complexidade das intervenções que lhes sequestraram a humanidade. Mulheres negras, uma vez desumanizadas, foram transformadas no “outro feminino” racializado. Tais representações atualizadas continuam, no presente, a contaminar as sociedades e as instituições, produzindo danos à vida das mulheres racialmente discriminadas.

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia/Salvador/Brasil; pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero Raça/etnia e Sexualidades Diadorim/UNEB.

Mulheres negras, porém, historicamente têm questionado poderes, desafiado estereótipos, preconceitos e representações negativas, enfrentado violências, desigualdades e discriminações. Desde as margens, entendidas aqui, em sintonia com Ochy Curiel (2010), como espaços possíveis de construção política de ação coletiva, mulheres negras na diáspora vêm atuando como corpo político de enunciação, produzindo conhecimento a partir de diferentes experiências e vivências, narrativas e contextos. Conhecimentos e saberes que revelam a importância dos processos de resistência empreendidos contra violações vivenciadas ao longo da história, constituindo-se em múltiplas respostas epistêmicas descolonizadoras e alternativas ao eurocentrismo, às teorias e às perspectivas de gênero conservadoras e hegemônicas, pois, muitas vezes, alinhadas à colonialidade do sistema moderno de gênero (CURIEL, 2010; LUGONES, 2011). Posto que, como sugere María Lugones, gênero como categoria também foi construída pelo colonialismo, desse modo, as categorias homem e mulher recebem significados diferentes em corpos colonizados e não colonizados. E por isso precisam ser questionadas, fazendo-se necessário descolonizar o gênero (LUGONES, 2008, 2011).

Feministas negras brasileiras têm percorrido trilhas, visando recuperar, registrar e disseminar a produção de conhecimento das mulheres negras como formuladoras de projetos políticos em diferentes dimensões: política, cultural, religiosa. Este artigo segue o caminho dessas trilhas e tem por objetivo explorar a interseccionalidade como perspectiva analítica para visibilizar a interligação entre múltiplas estruturas de dominação e as ações e práticas mobilizadas pelas mulheres negras para enfrentá-las, utilizando os resultados parciais de pesquisa realizada com mulheres negras brasileiras de cinco regiões do país sobre os efeitos do racismo em suas vidas.

Para atender o objetivo, na primeira parte do texto discuto a centralidade da categoria interseccionalidade dos marcadores de opressão no feminismo negro. Em seguida abordo epistemologia a partir do ponto de vista das mulheres negras, como resistência e confronto às práticas dominantes de conhecimento. Na terceira parte exploro o argumento de Patrícia Collins (1990) de que mulheres negras detêm, enquanto grupo oprimido, a vantagem epistêmica de conhecer e compreender as ações tanto dos dominantes quanto dos dominados, o que pode colocá-las em uma posição privilegiada para avaliar a sociedade e propor novos projetos políticos, a partir de um ponto de vista formado por essa dupla visão. Tal perspectiva é cotejada com algumas práticas e produções, ou melhor, por diferentes formas de mobilizações democráticas e descolonizadoras organizadas pelas mulheres negras na atualidade.

Feminismo Negro e Interseccionalidade

Nos últimos anos, estudos feministas e de gênero, no Brasil, tem citado e incluído a categoria interseccionalidade em suas produções. Entretanto, como discute Ana Cláudia Pereira (2016), em muitos desses estudos os sujeitos são inscritos em categorias sociais fluidas, onde gênero, raça e classe figuram como marcadores de diferença, e não de assimetrias de poder em função de eixos de subordinação, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe. Em decorrência dessa forma de incorporar a perspectiva “as dinâmicas determinadas pela raça são descritas em termos episódicos ou relacionais”, combinadas com a minimização da incidência do racismo presente em discursos acadêmicos, que acabam por dissolver sua relevância ou subsumi-la a gênero, à classe e à nacionalidade (PEREIRA, 2016, p. 65). A interseccionalidade, assim incorporada, apresenta-se esvaziada de seu objetivo político e preocupação central com as experiências e a subordinação das mulheres não brancas e suas múltiplas vulnerabilidades interseccionais, perspectiva proposta e defendida, aliás, por feministas negras.

A interseccionalidade como categoria, continua Pereira, surge no bojo da trajetória construída pelo feminismo negro² e envolta em compromissos “com transformações estruturais, contribuições substantivas e inovações epistemológicas que motivaram sua criação” (2016, p. 60). É importante salientar que entre feministas negras a categoria é adotada como chave de interpretação para orientar investigações de como padrões históricos de exploração dominação e subordinação se estruturam e determinam diferentes e desiguais posições e relações sociais para mulheres racialmente subordinadas, em especial negras. (COLLINS, 1990; CRENSHAW, 2002).

Os marcadores sociais de desigualdade, gênero, raça, classe, sexualidade, promovem opressões, discriminações, exclusões e violências, e são acionados pelas mulheres negras para mobilizar situações de agenciamento e empoderamento no questionamento das estruturas de opressão, como pretendo mostrar neste artigo.

Nessa direção, alinho-me com o entendimento de Linda Alcoff (2016) de que uma concepção epistemológica descolonizadora “presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento” (ALCOFF, 2016, p. 136). Identidade, nesse movimento, pode ser definida como “experiências vivenciadas localizadas e posicionadas por meio das quais tanto

² Ver (PEREIRA, 2016).

indivíduos como coletivos trabalham para construir um sentido em relação às suas experiências e às narrativas históricas”, identidades são como localizações que fornecem vínculos com eventos e comunidades históricos e a partir dos quais o indivíduo se insere em processo de construção de sentidos e, assim, “de onde obtém uma janela para o mundo” (ALCOFF, 2016, p. 140).

Contudo, ao dizer isso, não perco de vista que a localização, isto é, a definição dos lugares sociais é provocada por estruturas hierárquicas e relações de poder, não reduz, portanto, os marcadores de desigualdade a marcadores da diferença, simples categorias descritivas das identidades dos indivíduos.

A interseccionalidade é, com certeza, uma grande contribuição do feminismo negro para a realização de pesquisas feministas, pois permite o exame minucioso das realidades sociais, expondo os processos que criam vulnerabilidades e exclusões às mulheres negras em situações específicas, e a compreensão de que a opressão é experimentada a partir de um lugar configurado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos. A análise provoca uma mudança paradigmática, na medida em que ocorre a priorização das experiências das mulheres subalternizadas, contribuindo para o surgimento de novas interpretações sobre as relações sociais de dominação e resistência, ou melhor, revelando, principalmente, ações de sujeitos invisibilizados por produções hegemônicas, outras formas de saber que têm permitido aos grupos subordinados se auto definirem a partir de realidades próprias (COLLINS, 1990).

Epistemologias descolonizadoras como resistência

Epistemologias feministas³ do ponto de vista (*standpoint*) ou perspectivistas desafiam o conhecimento androcêntrico ao entender o mundo e a examinar a sociedade criticamente através da experiência de vida das mulheres, ou seja, defendem que podemos obter uma noção mais precisa de como a sociedade funciona a partir da análise dos problemas enfrentados por mulheres, principalmente oriundas de grupos social e racialmente discriminados. Na verdade, todo conhecimento é produzido a partir de um contexto, representa uma determinada perspectiva e reflete um ponto de vista social particular, desse modo o conhecimento está longe de ser abstrato ou neutro tampouco objetivo (HARDING, 1996).

³ Para aprofundar discussão ver (CARDOSO, 2012).

Patrícia Collins (2000) argumenta a favor da existência de uma epistemologia do ponto de vista das mulheres negras, como central para as próprias mulheres negras e para o confronto com as práticas dominantes de conhecimento. Como explica, “uma base material e experiencial sustenta uma epistemologia feminista negra”, o partilhamento de experiências de sobrevivência na adversidade produz uma sabedoria coletiva, uma série de princípios, formando o ponto de vista das mulheres negras. (COLLINS, 2000, p. 256). Ainda, segundo a autora, as mulheres negras como integrantes de grupos oprimidos detêm a “vantagem epistêmica” de conhecer e compreender as ações e comportamentos de ambos os grupos, dominantes e oprimidos, e o fato de terem conhecimento das práticas tanto de seus próprios contextos quanto daqueles de seus opressores pode colocá-las em uma posição privilegiada para avaliar a sociedade e propor alternativas, a partir de um ponto de vista e de uma posição formada por esta dupla visão (COLLINS, 1990). Elas têm uma visão mais nítida da opressão em relação aos grupos que ocupam uma posição mais evasiva em relação ao poder masculino branco.

É importante, nesse pressuposto, afastar qualquer proximidade com uma compreensão essencialista e restauradora de uma natureza feminina. Cecília Sardenberg ressalta que as experiências com as desigualdades de gênero na sociedade potencializam a percepção da realidade pelas mulheres como um todo, não por estarem enraizadas em “característica ‘essencial’ do feminino, mas produto dos padrões das relações de gênero nas sociedades sexistas, que estruturam as diferentes experiências que homens e mulheres terão” (2002, p. 103). O ponto de vista, nessa perspectiva, é construído coletivamente e “os grupos dominados terão que travar uma luta tanto política quanto epistêmica, daí porque uma perspectiva engajada baseia-se em uma dupla visão e torna-se uma ‘conquista’”, pois, para chegar a sua própria visão, esses grupos precisam ver através da visão imposta pelos grupos dominantes (SARDENBERG, 2002, p. 103).

Contribuição relevante, para a reflexão aqui proposta, é fornecida também por Ramón Grosfoguel (2010) que, ao falar de epistemologias descolonizadoras, faz uma distinção entre lugar epistêmico e lugar social para refletir acerca da importância da localização do sujeito na produção do conhecimento. Segundo o autor, para pensar epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno não basta estar situado socialmente no lado oprimido das relações de poder. O sistema-mundo moderno/colonial se mantém e reproduz ao induzir sujeitos situados nesse lado das relações a pensar epistemicamente como aquelas/es que se encontram em posições dominantes. Para pensar a partir da perspectiva subalterna se faz necessário assumir compromisso ético-político em elaborar

um conhecimento contra hegemônico. Conhecimento formulado tendo por referências, experiências, concepções e cosmovisões dos sujeitos subalternizados (GROSFOGUEL, 2010).

No caso, produzir conhecimento formado pelas experiências coletivas das mulheres negras, onde o racismo é entendido como estrutura de dominação e exclusão que impacta nossas vidas, reconfigurando experiências a partir da intersecção com as opressões de gênero, de classe e de sexualidade. A vantagem epistêmica quando alimentada por cosmovisão e saberes subalternos promove conhecimento descolonizador fonte de agenciamento e de mobilização de resistências.

Mobilizações ativistas democráticas e descolonizadoras

A pesquisa *Percepção das Mulheres Negras sobre os efeitos do racismo em suas vidas*⁴, de abordagem qualitativa, realizada entre 2015 e 2016, com 100 mulheres negras, teve por objetivo investigar as formas como as mulheres negras reconhecem a incidência do racismo em seu cotidiano; identificar os aspectos que causam sofrimento, ou seja, qualificar as ações deletérias do racismo sobre a saúde mental e física das mulheres negras; mapear as reações e enfrentamentos a discriminação racial e as estratégias de autocuidado desenvolvidas pelas participantes. Abordo, neste artigo, para exemplificação, informações gerais sobre formas de participação e organização política das participantes, uma vez que o tratamento dos dados se encontra em fase inicial.

O grupo constituído por ativistas, em sua maioria integrante do movimento de mulheres negras, e por não ativistas, autodeclaradas negras, heterossexuais e lésbicas; de diferentes idades, estados civis, escolaridades, classes sociais e religiões; originárias das zonas urbana e rural das cinco regiões brasileiras. A heterogeneidade das entrevistadas permitiu a investigação da dinâmica e interface dos efeitos superpostos pela intersecção do racismo com outras estruturas de opressão entre mulheres racialmente discriminadas e situadas em diferentes localizações do espectro das opressões. Foram realizadas entrevistas individuais para identificar as experiências das participantes com o racismo em diferentes esferas: escolar; profissional; acesso aos serviços institucionais, em

⁴ Pesquisa de iniciativa do Instituto AMMA Psique e Negritude, organização de mulheres negras de São Paulo, e da Associação Cultural de Mulheres Negras (Acmun), organização do Rio Grande do Sul, ambas integrantes da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, contempladas no Prêmio Lélia Gonzalez, concedido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para realizar a investigação. É coordenada pelas psicólogas das respectivas organizações, Maria Lucia Silva e Simone Cruz. A pesquisa conta em sua equipe com as pesquisadoras Marília Soares, Ceres Marisa Santos, Lícia Barbosa e Cláudia Pons Cardoso. A pesquisa está em fase final de análise dos dados.

especial, da área da saúde e da justiça; relações interpessoais e afetivas. E também, em cada região, foram realizados grupos focais, totalizando cinco grupos de vivência, escuta e acolhimento das histórias partilhadas sobre as diferentes violências vividas com o racismo, redefinindo os espaços sociais que ocupam no gênero, na classe e na sexualidade.

Os relatos revelam sofrimentos psíquicos causados pelos efeitos do racismo que provocam impactos negativos na forma como as mulheres negras vivenciaram e ainda vivenciam diferentes dimensões de suas vidas, em função dos preconceitos e discriminações raciais os quais enfrentaram desde a infância, para algumas se intensificando na vida adulta devido à ampliação do círculo de convivência e socialização.

Entretanto, revelam, também, processos de resistências e enfrentamentos ao racismo através da participação, organização e mobilização das mulheres nos movimentos sociais em defesa dos direitos da população negra, os quais funcionam como instrumentos de autocuidado, uma vez que são espaços de fortalecimento identitário individual e coletivo. E como explica Linda Alcoff, tomando por referências as reflexões de José E. Cruz, a política identitária não fortalece a vitimização como defendem muitos, ao contrário, encoraja os sujeitos a superarem a passividade, através da afirmação da autoimagem, e do incentivo à participação política e civil na sociedade (ALCOFF, 2016, p. 139).

Os coletivos, grupos, associações, organizações e redes têm se constituído nos principais espaços políticos mobilizados pelas mulheres negras para levarem adiante seu projeto de justiça social e para garantir participação na sociedade. Na verdade, historicamente, mulheres negras têm se utilizado dos espaços formais e informais para assegurar o fortalecimento coletivo. É o que sublinha Patrícia Collins (2000), referindo-se às mulheres negras estado-unidense, constatação, contudo, que se estende à história das mulheres negras na diáspora. A autora denomina espaços seguros como sendo aqueles que permitem aos grupos oprimidos se expressar e garantir sua existência, fugindo do controle da ideologia dominante, onde retratam a si mesmos, atuam como sujeitos sociais, políticos e históricos, impedindo que sejam definidos pelo outro e, principalmente, sejam colocados a serviço do outro (COLLINS, 2000, p. 288-290).

As diversas organizações do movimento de mulheres negras, no entanto, não são os únicos lugares onde o ativismo é exercido e vivido, revelam as entrevistadas. Novos espaços são percebidos e construídos para denunciar e enfrentar o racismo patriarcal, entre eles a *internet*. O *Site Blogueiras Negras*⁵, por exemplo, é utilizado como instrumento de luta por algumas participantes

⁵ Ver <http://blogueirasnegras.org>. Acesso em 15.04.2017

da pesquisa, embora muitas atuem também em organizações. O *site* “é uma comunidade de mulheres comprometidas com questões afins à negritude e ao feminismo interseccional” e tem por objetivo “aumentar a visibilidade da produção de blogueiras negras” (online).

Em seus textos divulgados no *site*, as entrevistadas *ciber* ativistas abordam temas, como lesbianidades, aborto, estética, solidão, feminismo, padrão de beleza eurocêntrico, gordo fobia, violências, sexismo, saúde, violência policial, conjuntura política, entre outros, sempre com recorte racial, explorando como fonte de reflexão a realidade e experiências das mulheres negras. Assim, as ativistas analisam o impacto e os efeitos do racismo em diversas esferas da vida das mulheres negras. Os textos são denúncia das próprias violências vividas, mas são, também, de formação política, na medida em que se constituem em análises de temas invisibilizados pela maioria dos estudos hegemônicos de gênero e feministas do Brasil, permitindo a outras mulheres negras refletir acerca de definições a partir de experiências semelhantes as suas. Desse modo, as ativistas se apropriam de uma ferramenta da atualidade para produzir e disseminar conhecimento sobre e para mulheres negras, contribuindo para o empoderamento de outras mulheres negras. Empoderamento implica rejeitar as dimensões do conhecimento, quer pessoal, cultural ou institucional, que perpetuam a objetificação e a desumanização dos sujeitos.

A escrita transforma-se, então, em espaço seguro de onde é possível desafiar as imagens negativas e estereotipadas e externamente definidas sobre mulheres negras, produzindo outras imagens e representações sociais femininas negras positivadas, restituindo-lhes politicamente sua condição de sujeito histórico. Conceição Evaristo diz que “escrever pode ser uma espécie de vingança, [...], talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto” (2005, p. 2). Evaristo, diante disso, denomina *escre(vivência)* a definição da auto representação. Em suas palavras: “Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A *escre(vivência)* das mulheres negras explicita as aventuras e desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra” (EVARISTO, 2005, p. 205). A *escre(vivência)* é resistência política.

Assim, as interpretações produzidas sobre os diversos temas sobre os quais se debruçam as *ciber* ativistas negras constituem um ponto de vista, um enfrentamento à visão e ao silêncio impostos pelo conhecimento dominante. Silêncio que invisibiliza corpos femininos sobre os quais a racialização impõe ocultamentos, cujas dores não são mencionadas e tampouco tratadas porque subsumidas em análises de gênero hegemônicas. Desse modo, o conhecimento produzido parte do

lugar epistêmico subalterno, discutido anteriormente, resultando em conhecimento contra hegemônico, conectado com diferentes formas de viver e enfrentar o racismo patriarcal.

Portanto, o ativismo das *ciber* ativistas negras participantes da pesquisa constrói outros espaços seguros para atuação e mobilização das mulheres negras contra o racismo patriarcal, trama a tessitura de novos discursos apoiados em narrativas subalternas, que articulam diversas vozes provenientes de múltiplos e diferentes lugares sociais e geográficos, todas envolvidas na valorização das mulheres negras, das mulheres subalternizadas. A escrita das *ciber* ativistas é uma prática ativista de oposição e intervenção cujos efeitos sinalizam para outras expressões políticas, constituindo-se em respostas inovadoras de enfrentamento ao modelo imposto pelo “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” (GROSFOGUEL, 2010). As *ciber* ativistas negras são protagonistas de dissidências descolonizadoras, cuja escrita transfigurada em prática política contrapõe-se às experiências coloniais, às regras do conhecimento hegemônico, e dissemina proposições e projetos de novos arranjos sociais, de novas alianças entre corpos negros femininos e feminizados, anunciando outros sujeitos de um feminismo negro. A escrita, assim desenvolvida e articulada, representa expressão criativa de uma epistemologia feminista negra do Sul e revela a *práxis* do feminismo negro brasileiro.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016. p. 129-143

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986. Special Theory Issue. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/800672>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 221-238. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/26342147/Matrix-of-Domination>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York/London: Routledge, 2000. CRENSHAW, Kimberlé W. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nômadás*, Universidad Central – Colombia, n. 26, p. 92-101. abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/decolonial/25-curiel-critica%20poscolonial.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. (dir.) *Aproximaciones críticas a las prácticas teóricas políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En La Frontera, 2010. p. 69-76.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005. p. 201-212.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

LUGONES, María. *Colonialidad y género*. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero_nueve/05lugones.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

LUGONES, María. *Hacia um feminismo descolonial*. La Manzana de la Discordia, Barcelona, Universidad Nacional, v. 6, n. 2, p. 105-119, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. 2016, Rio de Janeiro. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIMFFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

Towards a Black Feminist Epistemology for the South: experiences from black women and black feminism in Brazil

Abstract: For black women in Brazil, racism is perceived as a structure of domination and exclusion that profoundly affects their lives. Incorporating the perspective of race is fundamental for black feminists, since racism shapes the way in which black women experience gender in society. Within this movement, the experiences produced by the intersection between racial and gender oppression constitute the basis for black feminist knowledge production, since knowledge is located and socially constructed according to a specific social position, in other words, it arises from the place we occupy in terms of gender, race, class and sexuality. In the light of reflections put forward by post-colonial feminists, such as Lugones (2008), Curiel (2007) and Collins (2000), this paper aims to present the results of investigative research in which interviews were conducted with black women from five regions in Brazil, focusing on their perceptions and interpretations of the effect of racism on their lives. It also explores how these women, as members, as Collins points out (1990), of oppressed groups, maintain the epistemic advantage of knowing about and understanding the actions and behaviour of both groups, the dominant and the oppressed, placing them in a privileged political position that enables them to evaluate society and put forward new political proposals, based on the point of view and position shaped by this double vision.

Key words: black feminist epistemology; black Brazilian feminism; black women in Brazil